



Anais da Assembleia

N° 073

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 61.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Severino Félix (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Luiz Antonio Setti e Toti Colaço (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Universidade Estadual de Londrina
OF.R.338/91

Londrina, 05 de junho de 1991.

UNIDADE: Gabinete do Reitor
Senhor Presidente.

Tendo em vista a importância das Universidades no desenvolvimento sócio-econô-

mico de nosso Estado e de nossa região, vimos solicitar sua preciosa atenção ao Anteprojeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa pelo ilustre Governador do Estado, através da Mensagem n° 25/91, em 27.05.91.

A relevância da matéria e seus possíveis desdobramentos motivaram a decisão do Conselho Universitário em reunião do dia 31 p.p. em oficializar ao Senhor Governador solicitação objetivando a retirada do mencionado Anteprojeto e abertura de diálogo a respeito do tema.

A Assessoria Jurídica da UEL, como também as das demais Universidades Estaduais, já está preparando estudo aprofundado sobre o assunto. Assim, colocamo-nos à sua disposição para oferecer subsídios e/ou informações que Vossa Excelência julgue necessário para análise mais aprofundada da matéria.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) PROF.DR.JOÃO CARLOS THOMSON
Reitor.

Indicação:

INDICAÇÃO

Através do presente, vimos comunicar a Vossa Excelência que, a indicação dos Deputados José Tavares e Dirceu Manfrinato para a função de Vice-Líderes do Governo e Durval Amaral e Renato Adur para Vice-Líderes da Bancada do PMDB.

Sendo o que se apresenta, colhemos o ensejo para renovarmos a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

Líder do Governo e PMDB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1508

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de Discussão e Votação do Projeto de Decreto Legislativo n° 004/91.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO N° 1526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão,

constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO N° 1512

SÚMULA: Requer Voto de Congratulações a PACIBEL/FACULDADE DE CIÊNCIA HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO (PR), bem como envio de Expediente as autoridades abaixo relacionadas.

São as seguintes as autoridades:

- 1) SR. DARCI LUCINI, Digníssimo Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP);
- 2) SR. JOÃO CARLOS BONATI, Digníssimo Presidente da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná (ACAMSOP);
- 3) SR. VILMAR CORDASSO, Digníssimo Presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Sudoeste do Paraná (CASSIPAR);
- 4) SR.^a SILVIA KRAMES, Digníssima Diretora da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (PR);
- 5) SR. DORVALINO BASSO, Digníssimo Representante do Núcleo Regional de Educação;
- 6) SR. CELSO ZANATA, Digníssimo Chefe da 8.^a Regional de Saúde;
- 7) SR. SEBALDO WASLAWOSKY, Digníssimo Representante da SEAB e Diretor da Cooperativa de Capanema.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES A FACIBEL pela iniciativa de promover o Seminário "A SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DA MICRO REGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR", bem como envio de Expediente as autoridades acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

Com a participação do Professor Valnei Garrafa da Universidade de Brasília, e Doutor em Saúde Pública; do Professor Adelar Baggio, mestre em Economia Rural pela Universidade de São Paulo (USP) e ex-Reitor da Universidade de Ijuí no Rio Grande do Sul; da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), da Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Sudoeste/PR, da SEAB, do Núcleo Regional de Educação, e da 8.^a Regional da Saúde, realizou-se no anfiteatro da FACIBEL - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, o Seminário sobre a situação e perspectivas de desenvolvimento da micro região de Francisco Beltrão (PR).

Curitiba, quinta, em 20.06.91

Mais de quatrocentas (400) pessoas, entre Acadêmicos, Professores, Prefeitos, Veradores, Profissionais Liberais, Entidades Sociais, Líderes Políticos e Comunitários, reuniram-se para analisar a situação social, econômica e política dos municípios que pertencem a micro região.

Após a manifestação dos conferencistas e a participação dos órgãos já mencionados, foi elaborado documento que servirá de diretrizes para um plano de desenvolvimento para a região.

Iniciativa como esta merece destaque por esta Casa, pois demonstra claramente a responsabilidade política das autoridades e das lideranças no sentido de equacionar os problemas regionais, buscando alternativas no plano sócio-econômico, a fim de restabelecer o progresso de uma região que por ser predominantemente agrícola tem sofrido consideráveis perdas em suas atividades.

Ressaltamos a coordenação DA FACIBEL neste conclave, bem como os demais órgãos e entidades que dele participaram.

Iniciativas como esta merecem ser seguidas por outras regiões do nosso Estado, colaborando desta feita com o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1513

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à GUARDA MIRIM, pela formatura de nova turma.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

No dia 14 de junho próximo passado o Centro Comunitário Diva Pereira Gomes, dirigido pelo Professor Francesco Serale, formou uma nova turma de 121 novos guardas mirins. Entretanto, é preciso ressaltar que esses 121 alunos já estão com colocações profissionais garantidas.

Desses, 110 vão atuar em órgãos do Estado, enquanto apenas 11 trabalharão em empresas particulares. Durante a passagem pela instituição, os alunos recebem aprendizagem nos cursos de auxiliar de escritório, datilografia e relações humanas, conhecimentos sobre documentos em geral, preenchimento de guias e atendimento às pessoas.

Formados, os novos guardas não se desligam do Centro Comunitário, ao qual continuam vinculados até os 18 anos de idade.

Pelo presente, queremos cumprimentar todo o corpo docente, funcionários e, especialmente, o diretor da Guarda Mirim, professor Francesco Serale, Cidadão Hono-

rário do nosso Estado, pela dedicação à educação dos jovens guardas, muitos dos quais, provenientes de famílias carentes.

A formação oferecida pela Guarda Mirim aponta para um futuro muito diferente daquele que seria seguido por muitos jovens, nas ruas, no abandono e marginalização.

O êxito do trabalho desenvolvido na Guarda Mirim, certamente, leva muito da crença verdadeira dos seus professores e funcionários nos propósitos da ação que se dispõem a desenvolver.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Governador do Estado, ao Secretário do Trabalho e Ação Social e ao Diretor da Guarda Mirim.

REQUERIMENTO N° 1522

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo urgentes providências e negociações junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, sobre a concessão e exploração de energia elétrica e telefonia no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

Rio Negro, é o único Município do Paraná a ser servido, ainda, por energia elétrica (Celesc) e Telefonia (Telesc) de Santa Catarina.

Se, por exemplo, procurarmos Rio Negro na lista telefônica do Paraná, vâmo-nos deparar com um "veja Mafra" - "Norte Catarinense - Vale do Itajaí".

Portanto, afora o fato de a COPEL e a TELEPAR terem estrutura financeira e de equipamentos bem superiores às suas congêneres catarinenses e que, portanto, serviriam melhor à comunidade paranaense de Rio Negro, impõe-se a "paranização" daquele Município.

Acreditamos na vontade política do nosso Governador que, inclusive, temos certeza, sensibilizará o chefe do Executivo catarinense, para providências conjuntas no sentido de que a Celesc e a Telesc autorizem a Copel e Telepar, respectivamente, à exploração daqueles serviços em Rio Negro, Paraná.

REQUERIMENTOS N° 1509

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente do Banco do Brasil S/A. Doutor Lafaiete Coutinho, SOLICITANDO novos e urgentes estudos para viabilizar, no menor prazo possível, a

reabertura da agência de ENÉAS MARQUES-PR.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Por meio de documentos cuidadosamente elaborados pelas mais representativas forças políticas, sociais e econômicas do município de Enéas Marques, o presidente do Banco do Brasil S/A. Doutor Lafaiete Coutinho foi informado do atual e verdadeiro potencial municipal, comparando com os que lhe são mais próximos às cidades consideradas polos que o influenciam.

Daqueles documentos anexamos a este requerimento as cópias xerográficas que poderão ser analisadas e comprovarão, certamente, as razões alegadas.

Ressalta-se a importância emprestada àquela agência, pela sua inclusão no plano de expansão da Instituição, fazendo construir em Enéas Marques um edifício de concepção arquitetônica moderna, projetado com uma grande loja para atender aos inúmeros clientes, ampla residência para o gerente da agência e quatro alojamentos para funcionários. Concluído, não foi inaugurado em virtude das medidas econômicas instituídas pelo Governo Federal que implicaram, também, na desativação até inesperada de muitas agências e postos avançados do BB, entre aquelas incluídas e de Enéas Marques.

Os documentos antes referidos mostram a situação econômica, geográfica e social do Município, informando população urbana e rural, a área, número de propriedades e de eleitores, as atividades produtivas, as distâncias de cidades próximas e cidades-polo, o horário dos ônibus e o preço das passagens, além de quadros sinóticos da produção agropecuária, do número de produtores e índices de comercialização, organizados a partir de dados fornecidos por órgãos do Governo Estadual. Pela exposição clara, simples e objetiva, tais quadros radiografam e sintetizam o potencial de Enéas Marques, sendo fácil avaliar a representatividade e a importância da agência do Banco do Brasil S/A. daquele Município - também fator de significativo relevo no seu crescente desenvolvimento dos últimos anos, especialmente depois da instalação da agência.

Razões suficientes para avalizarem a reivindicação, oferecendo suporte ao Poder Legislativo para manifestar-se em favor da reabertura e reativação daquela agência, premiando o esforço e o merecimento do Nobre Povo de Enéas Marques, pelo que rogamos a unânime manifestação dos Ilustres Pares desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 1515

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, solicitando a construção do Hospital Regional de Guarapuava, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.91

(a) CEZAR SILVESTRI.

JUSTIFICATIVA:

Na década de 80, muitos municípios do Paraná foram amplamente beneficiados com infra-estrutura de saúde. Guarapuava, o maior Município em extensão no Estado do Paraná, com uma população que vem crescendo assustadoramente nos últimos anos, de um progresso invejável, pela pujança de seu povo, trabalhador incansável, vem sendo esquecido pelas autoridades.

Eis que, a atual administração, a cargo do Prefeito Fernando Ribas Carli, obrigou-se a montar uma estrutura própria de atendimento de Saúde, através dos CIAS - Centros de Integração de Atendimento, modelo para o Paraná e para o Brasil, estando oito desses Centros já em funcionamento, contruídos com coragem e destemor com recursos próprios do Município, eis que o atendimento dos pequenos centros de saúde que existiam, não eram condizentes com as necessidades da população.

Assim, é de extrema justiça, que um Município com as dimensões e a capacidade de Guarapuava, agora seja beneficiado pelo Poder Público Federal, com a construção de um Hospital Regional, pois a Região que abrange, abriga 1/5 do Território Paranaense, contando atualmente com cerca de 1 milhão de habitantes.

Tal medida viria de encontro ao Programa de Descentralização de atendimento do Governo, eis que atualmente os casos de atendimento hospitalar têm que ser atendidos na Capital, distante aproximadamente 250 quilômetros do Município.

REQUERIMENTO N° 1516

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, no sentido de que autorize o 5° Distrito Rodoviário a proceder a construção de acostamentos nas vias de acesso: da cidade à BR-277, via Morro Alto; na Avenida Cascavel até a PR-170 e Avenida Serafim Ribas até a PR-170, bem como seja feita a prevenção contra erosão em alguns trechos dos mencionados acessos, todos no município de Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação vem de encontro aos

anseios da comunidade Guarapuavana, em especial à iniciativa do Vereador Fernando Kaminski, daquele município.

Ocorre que as vias de acesso: cidade à BR-277, via Morro Alto; na Avenida Cascavel até a PR-170 e Avenida Serafim Ribas até a PR-170, são vias de grandes fluxos de tráfego de veículos, e, principalmente de pedestres que por não terem outro espaço, transitam pela pista de rolamento, correndo sérios riscos de acidentes.

Considere-se ainda, que não havendo acostamento, os veículos ainda estacionam na pista, o que prejudica mais o trânsito dos pedestres.

Finalmente, solicita-se que se proceda a prevenção contra a erosão, pois em alguns trechos dos mencionados acessos, esta já ocorreu, pondo em risco até a pista de rolamento que com isso vem deteriorando.

REQUERIMENTO N° 1517

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Instituto Agrônomico do Paraná IAPAR, no sentido de que seja reativado o laboratório daquele Instituto, no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Agrônomico do Paraná - IAPAR, até bem pouco tempo, mantinha no Município de Guarapuava, na Região Centro Oeste paranaense, um bem montado laboratório que atendia de forma satisfatória os produtores daquela Região.

Decidiu aquele Instituto, desativar o mencionado Laboratório, em detrimento dos agricultores que em número significativo dele se utilizavam. Não obstante isso, ele lá permanece, montado, porém sem funcionamento.

Ocorre que os produtores da Região, com a desativação, vêm-se obrigados a se deslocarem à Ponta Grossa ou Pato Branco para procederem à análise de solo e outros serviços que lá são prestados.

Há que se levar em consideração a importância que tem Guarapuava como um Município essencialmente agrícola, produtor de grande parte da safra paranaense, que se vê hoje, dependente de outros municípios onde o IAPAR ainda mantém laboratórios, não esquecendo ainda, que agora, com a construção do Terminal de Calcário, a procura por aqueles serviços deverá ter uma demanda considerável.

Dessa forma, solicitamos a imediata reativação do Laboratório do IAPAR, em Guarapuava, por ser uma justa reivindicação, quer pela procura dos serviços, quer pela deterioração dos equipamentos que lá

ainda se encontram.

REQUERIMENTO N° 1528

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Ministério da Infra-Estrutura, solicitando a urgente reconstrução do acostamento da BR-277, no trecho Guarapuava-Três Pinheiros, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância para o Paraná e para o País, a rodovia BR-277, eis que é a ligação principal entre o Paraguai e o Brasil, por onde se escoia toda a safra daquela Nação e das Regiões Oeste e Centro Oeste de nosso Estado.

Dessa forma, tendo em vista que há algum tempo foi iniciada a construção da 3.^a pista no trecho Guarapuava-Três Pinheiros, onde o volume de tráfego é muito intenso, palco de um sem número de acidentes, muitos dos quais fatais, e considerando que até hoje essa necessária melhoria ainda não foi concluída, é que solicitamos a construção de acostamento, eis que a rodovia foi recapeada, ficando em desnível, o que a tornou ainda mais perigosa.

Se faz "mister" salientar, que principalmente nesta época em que se faz o transporte da grande safra, o movimento naquele trecho em especial, é de uma intensidade brutal, merecendo urgentes providências, a fim de evitar os frequentes acidentes.

REQUERIMENTO N° 1520

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapeamento da Rodovia PR 437, Trecho Primeiro de Maio à Alvorada do Sul, o qual, encontra-se em situação precária, causando acidentes e danos em veículos.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 1524

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, solicitando que o mesmo encaminhe Mensagem Governamental, em caráter de urgência, concedendo reajuste salarial ao Funcionalismo Público Estadual, conforme está previsto na Lei n°

9.547, de 18 de janeiro de 1.991, que em seu Art. 4° determina que a data-base dos Servidores Públicos do Estado do Paraná será em 1° de Junho, haja vista a perda salarial que os Servidores têm acumulado neste ano e, pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas já chega ao acumulado de 80.21%, no período compreendido entre Janeiro a Maio de 1.991 e que pelo ICV do Dieese, neste mesmo período, o acumulado chega a 92,05%, e REQUER ainda, seja dada ciência do presente a todos os Sindicatos e Associações dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

Dr. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido nos Anais da Assembleia Legislativa o artigo "Em Defesa da Universidade" de autoria do Professor José Arthur Gianotti, publicado na Folha de São Paulo do dia 13 de junho de 1991.

REQUER também, seja dado ciência ao autor do artigo.

Sala das Sessões em, 20.06.91.

(a) Dr. ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 36/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo 1° - O artigo da Resolução 26/90 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, desmembrando-o do Município de Pato Branco com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo do sentido Sul-Leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR 469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso, daí segue pelo acesso da PR 469 até o Rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa entre as glebas Novo Mundo-Entre Rios, 1.^a parte, daí segue pela divisa de Itapejara D'Oeste até o Rio Santana, daí segue pelo Rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do Município de Renascença até o Rio Lamedor e seguindo pelo mesmo até o Rio Vitorino, daí pelo Rio Vitorino até o Lageado das Cobras, segue por este até seu entroncamento com a estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 20.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebeu da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o ofício nº 22/91, sugerindo as alterações corretivas na Resolução 26/91, com o propósito de sanar incoerências cartográficas, que dificultam o traçado do polígono definidor da área. É por esta razão que apresentamos este Projeto, salientando que a alteração sugerida em nada alterará a área definida na Resolução citada.

Anexamos ao presente o referido ofício do IBGE e a Resolução 26/90, para que possam servir de subsídio aos demais Pares. E esperamos a aprovação, conhecedores que somos do alto espírito público que norteia os Deputados desta Casa Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 258/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei número 9.386, 28.09.90, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado "Ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Prado Ferreira, desmembrado do Município de Miraselva, conforme especifica:

Começa na nascente do Ribeirão do Capim, na divisa intermunicipal com Jaguapitã.

Do ponto inicial desce pelo Ribeirão do Capim até a Foz do Córrego Taquarana, deste ponto sobe pelo Córrego Taquarana até a sua nascente, deste ponto em linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Córrego Itaúna, desce por este até a sua Foz no Córrego Mita Cunha, desce por este até a sua Foz no Ribeirão Vermelho, sobe por este até a Foz do Ribeirão Grande, sobe por este até a Foz do Córrego Dr. Carlos, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca rumo noroeste até a nascente do Ribeirão do Capim, ponto inicial e final.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

Presente alteração tem o objetivo de atender ao anseio da população que havia ficado de fora quando da elaboração da Lei nº 9.386 de 28.09.90.

PROJETO DE LEI Nº 259/91

A Assembléia Legislativa do

Curitiba, quinta, em 20.06.91

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar unidades volantes de pronto socorro nas principais rodovias existentes no Paraná, para atendimento e remoção das vítimas de acidentes de trânsito.

Parágrafo Único- As referidas unidades terão toda a infra-estrutura necessária para o pronto atendimento e remoção das vítimas de acidentes de trânsito, e ficarão instaladas em pontos estratégicos das rodovias, de preferência nos Postos de Polícia Rodoviária.

Art. 2º - Os recursos necessários para implantação das unidades volantes de pronto socorro, prevista nesta lei, são provenientes do excesso de arrecadação do Estado do Paraná, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) NILTON CEZAR

JUSTIFICATIVA:

Com fundamento nas Constituições Federal e Estadual vigentes, proponho o presente Projeto de Lei, que tem a finalidade precípua de preservar as vidas de pessoas acidentadas nas diversas rodovias existentes no território paranaense.

Diariamente, estamos acostumados a receber informações, pelos veículos de comunicação existentes no Estado, sobre acidentes ocorridos nas rodovias que cruzam o território paranaense, muitos deles com vítimas fatais por falta de socorro imediato. A falta de atendimento imediato e as deficiências de remoção dos acidentados tem ceifado muitas vidas, ou trazido outras complicações de saúde aos acidentados.

A Constituição Federal, em seu art. 196, diz:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

E a Constituição Estadual confirma, em seu art. 168:

"As ações e serviços de saúde são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita, preferencialmente, através de serviços oficiais e, supletivamente, através de serviços de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado".

Firmado nas prerrogativas do Regimento Interno desta Casa, e nas atribuições que me dão a Constituição Estadual vigente, em seu art. 65, tomo a iniciativa de propor a esta Colenda Casa de Leis o presente Projeto de Lei, que, tenho certeza, merecerá a aprovação de todos os Senhores Parlamentares, dada sua importância e caráter de relevância social.

PROJETO DE LEI N° 260/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA BARREIRINHA - ABRANCHES", com sede no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Esta Entidade, criada em 20.11.1983, presta valiosos serviços a milhares de famílias residentes nestes tradicionais bairros de nossa Capital, Barreirinha, e Abranches. Tem tradição, respeito e admiração de todos, pela liderança que sempre teve, na luta de novos benefícios à Comunidade! Tem sua documentação anexada, que traduz e constata suas atividades sem fins lucrativos, com diretoria não remunerada e de muito trabalho em benefício da Comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, não há oradores inscritos. No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Renato Adur. Não se encontra em plenário.

No Horário das Lideranças, com a palavra o PT.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Na sessão de terça-feira, foi votado um Requerimento de Voto de Congratulações ao Senhor Luís Cláudio Romanelli, Presidente da COHAPAR.

Naquela ocasião nós fizemos questão de registrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, não contrário à iniciativa do Deputado que a apresentou, o Deputado Nilton Barbosa, mas contrário à pessoa que se dirigia, o Senhor Romanelli.

Nós moradores de Curitiba, conhecemos as denúncias que há, a respeito do comportamento do Senhor Luís Cláudio Romanelli, ex-Secretário Geral do PMDB. Nas eleições para a Prefeitura de Curitiba, na qual se elegeu Roberto Requião, ocorreram inúmeras

acusações a Romanelli, uma delas a de ter furtado, roubado a fita do PCB, que iria ao ar em apoio a Requião.

Nas últimas eleições, Romanelli foi acusado de ter montado a farsa do "caso Ferreirinha".

Portanto, não há antecedentes que venham a apresentar qualquer coisa que nos levassem a dar voto de louvor ao comportamento de Romanelli no presente, uma vez que o seu passado não justificaria. Mas no presente, tomamos conhecimento que ontem se iniciou uma greve dos funcionários da COHAPAR, justamente onde Romanelli dirige.

Há uma perda salarial acumulada de 89 a 91 de 281%. Um acordo coletivo assinado entre a Direção da COHAPAR e o Sindicato dos Trabalhadores, válido para o período 90-91, previa entre outras coisas, a assistência médica que não foi cumprida até hoje.

Prevía uma política salarial para janeiro, fevereiro e março. O mês de janeiro foi cumprido o que estava previsto. Em fevereiro deveria ter um reajuste de 19,1%, que deixou de ser pago, sendo pago somente 7,41%. Em março, já coincidindo com a posse do novo Diretor e do novo Governador, não foi pago até a presente data.

Nessa ocasião, os trabalhadores da COHAPAR solicitaram alguma negociação com o Senhor Luiz Cláudio Romanelli, e naquele momento Romanelli aceitou que negociaria em 30 dias e que faria uma proposta no dia 25 de maio de 91, e até o momento não foi feita nenhuma proposta, a não ser ameaçar os trabalhadores que estavam reivindicando os seus direitos. Não recebeu o Sindicato da categoria, não assinou nenhum acordo, inclusive um acordo que poderia ser favorável à COHAPAR, com a questão do estabelecimento da data-base, dando um fôlego maior para que a COHAPAR pudesse vir a negociar.

Pois ontem aqueles servidores entraram em greve, reivindicando o que lhes é de direito e denunciado que o veículo "Pampa" de Placa BU-2954, de propriedade da COHAPAR, está sendo utilizado para fins particulares pela Senhora Amélia Pereira de Deus, prestando serviços à COHAPAR.

Além de ter retirado o logotipo da COHAPAR, do carro que identifica como sendo da empresa, vários funcionários já viram o carro estacionado na residência da Senhora Amélia, nos fins de semana.

Também ocorrem acusações e denúncias dos funcionários que esse carro está sendo usado para o transporte de seus filhos para escolas. Nunca na COHAPAR, até a tomada de posse de Luiz Cláudio Romanelli, houve um festival de pagamento de tantas diárias para os cargos de confiança, como agora no momento, está se fazendo.

Após mais de 90 dias da posse do

Secretário Especial da Habitação, até hoje não foi realizada nenhuma reunião do Conselho de Administração da COHAPAR, tendo sido aprovado novo organograma, sem anuência dos membros do Conselho de Administração, o que desrespeita o Estatuto Social da COHAPAR.

Todas essas outras irregularidades, como comprar televisão e vídeo e rasgar a nota fiscal para não prestar conta, já foram denunciados na Ouvidoria e aqui desta tribuna cobramos do Senhor Ouvidor e da Bancada e do bloco de apoio ao Senhor Governador, que tome providências para apurar essas irregularidades e que atendam as necessidades desses trabalhadores.

Gostaríamos de frizar e queríamos que o Senhor Ouvidor não tivesse o "rabo preso" com o Governador, como tenho certeza que ele o tem, uma vez que é cargo de confiança do Senhor Governador e justamente por ter esse rabo preso, com o Senhor Governador é que tememos que não seja apurado absolutamente nada e quem usa os carros públicos para serviço próprio, provavelmente ainda passa a ser isentado, inocentado e acabam sendo culpados, se duvidar muito, os trabalhadores que lutam pelos seus direitos.

Cobramos que isso seja apurado da Bancada do PMDB, como nós dissemos aqui outro dia, que toda vez que existisse suspeita de denúncia de qualquer um, de corrupção no Governo Roberto Requião, usaríamos dessa tribuna.

Assim estamos fazendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra a Liderança do PL.
Declina.

Está com a palavra, a Liderança do PFL.

Está com a palavra o Senhor Elío Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Caros Paranaenses.

A falta de incentivos diminui o plantio de trigo.

A área cultivada com trigo neste ano, inferior em cerca de 40% em relação ao plantio no ano passado, bem demonstra o descontentamento da agricultura e do agricultor para com o momento que passa a nossa agricultura.

O descontentamento do agricultor para com a política oficial do Governo, levado por uma série de fatores desfavoráveis levou-o a deixar de cultivar o trigo ou então substituí-lo pelo milho da safrinha.

A falta do apoio oficial, a limitação imposta pelo baixo preço, fixado para o preço mínimo e o baixo valor básico de custeio, o VBC, a demora na liberação de

recursos fizeram com que os agricultores se desmotivassem e deixassem de cultivar o cereal.

Além disso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a própria descapitalização pelo momento em que passa o produtor rural, também influenciou de forma negativa a área de cultivo, já que este nas duas últimas safras teve apenas quebras, uma gerada pela geada, e a outra, de verão, pela seca. Como diz o gaúcho: "É uma geada nas costas e uma seca no peito".

A indefinição que ainda existe a respeito de quem irá comprar o trigo contribui também sensivelmente para que fosse diminuída a área de plantio do trigo.

Não se sabe se será o Governo ou a iniciativa privada quem irá comprar o trigo. O que se sabe, esta é a única garantia que o produtor tem é que as cooperativas que financiaram o plantio estão dispostas a oferecer a estrutura de secagem e armazenamento dos grãos. (Lê):

"Até a safra passada, quem fazia a compra era o CTRIN, órgão do Banco do Brasil, já que existia o monopólio na aquisição do mesmo, com o governo adotando o EGF- Empréstimo do Governo Federal para a pré-compra e, posteriormente, através dos AGF- Aquisição do Governo Federal, efetuar a compra definitiva e repassar o cereal às indústrias. Neste ano, pelo que se sabe, esta sistemática deverá ser mudada já que o Governo abriu mão do monopólio e possibilitou à iniciativa privada fazer a aquisição diretamente do agricultor e isto, justamente, vem causando preocupação para o produtor, porque na safra passada, o pagamento extemporâneo causou sérios prejuízos para os mesmos, já que os valores que incidiram sobre o dinheiro tomado de empréstimo foram elevados, juros, correções, multas etc. Enquanto que o valor do produto ficou estagnado, muito abaixo do necessário.

A falta de recursos, portanto, fez com que os agricultores deixassem de cultivar o trigo e, segundo previsões, o Governo deverá importar cerca de 4 milhões de toneladas para atender a demanda com a redução que se verificará na safra nacional.

O produto importado, por outro lado, chega às indústrias com um custo no mínimo igual, senão superior, ao produto nacional mesmo que seja subsidiado no exterior.

Para ilustrar a redução na área de cultivo, cito o caso do Oeste do Paraná, onde, na região de Cascavel, abrangendo 23 Municípios, no ano passado foram cultivados 261.680 hectares, conforme informações prestadas pelo DERAL - órgão da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - e, para a presente safra, a previsão é de que mal e mal 200.000 hectares serão cultivados.

No Município de Marechal Cândido Rondon, de acordo com levantamento da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda., a realidade é mais grave, já que no passado foram cultivados 57.000 hectares e, na presente safra, somente 30.000 foram plantados, sendo que deste total apenas cerca de 7.000 hectares foram cultivados com recursos do Governo, o que quer dizer que cerca de 23.000 hectares, somente no Município Rondonense, estão desprotegidos do seguro agrícola - PROAGRO, fato, aliás, que se repete em diversos outros Municípios para não dizer no Estado todo.

Fugindo do risco de frustrações, principalmente geadas, o agricultor buscou outra alternativa, dedicando-se mais ao cultivo do milho da safrinha.

Problema grave que vem preocupando os agricultores também é o vencimento do custeio agrícola, fato a acontecer no próximo dia 10 de julho.

Os financiamentos contraídos junto à rede bancária dificilmente serão quitados porque os agricultores amargaram duas frustrações nas duas últimas safras.

Encontram-se descapitalizados e não conseguirão honrar os compromissos assumidos junto à rede bancária e, para agravar ainda mais esta situação de penúria, muitos ainda nem conseguiram obter os recursos originários do PROAGRO que, embora não cubra integralmente as quebras, serve para aliviar, de certo modo, o agricultor.

O Governo precisa olhar para esta classe, precisa encontrar formas que possam ajudar e devolver o ânimo e a coragem ao produtor do campo, pois, caso contrário, esta poderá ver-se na contingência de vender a sua propriedade e seus bens para quitar débitos junto aos estabelecimentos financeiros, inviabilizando a continuidade na atividade que é, diga-se, fundamental, qual seja a produção de alimentos.

Medidas urgentes, precisam ser adotadas e, por esta razão conclamo a que todos os pares que o Paraná e o Brasil voltem a produzir para que voltem ao ritmo crescente em que se encontravam, sob pena de aparecimento de graves problemas para todos os brasileiros e, em especial, para os paranaenses, pois, é lógico e evidente que, sem a produção no campo, não há alimentos na mesa dos brasileiros.

Obrigado.

0 SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN com a palavra.

Declina.

PDT com a palavra.

Declina.

PSDB com a palavra.

Com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

0 SR. HEINZ HERWIG - Senhor Presidente,

Senhores Deputados...

(Passa a ler, xerox em anexo).

Senhor Presidente, Senhores Deputados: "Foi com grande satisfação que tomei conhecimento das manifestações no Estado do Paraná, que visam desmembrar a Superintendência Regional Curitiba, da Rede Ferroviária Federal S.A., formando assim uma outra empresa sob controle da União.

A nova empresa será responsável pela manutenção, desenvolvimento e ampliação da rede de transporte ferroviário de Santa Catarina e do Paraná.

Quando em 1957 o Governo Federal, resolveu transformar toda a rede ferroviária nacional em uma só empresa, estava em voga um modelo econômico que entendia ser a concentração de poderes políticos e econômicos a medida mais correta para promover o desenvolvimento dos mais importantes setores estruturais do país.

No entanto, passado mais de 30 anos, tal "modelo" viu-se esgotado em suas potencialidades, provocando a paralisia de muitos segmentos básicos da economia nacional, em parte responsáveis hoje, pela atual crise por que passamos.

No âmbito da Superintendência Regional de Curitiba, a Rede Ferroviária Federal, apresenta equilíbrio financeiro, detém um patrimônio considerável, pessoal especializado e recursos suficientes para manter e ampliar a rede ferroviária em nossa região. Porém, em razão do déficit orçamentário da Rede como um todo está impossibilitada de prosseguir em sua expansão, ou sequer na manutenção dos atuais ramais ferroviários.

O retorno ao modelo descentralizado é uma tendência irreversível, já de alguns anos para cá, pois cada região conhece melhor suas necessidades e deve arcar com os custos que lhe são devidos. O desmembramento da Superintendência Regional de Curitiba, deve se tornar o primeiro passo das transformações que a modernidade econômica exige nos dias de hoje.

A independência da Rede Ferroviária do Paraná e Santa Catarina é uma solução bem apropriada rumo a modernidade e à eficiência da máquina pública, num momento em que o Estado debilitado por uma crise de enormes proporções, se vê manietado pela conjuntura adversa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: gostaria de propor a essa Casa de Leis, uma menção de apoio ao projeto de independência da Regional Curitiba pelo que significa na melhoria dos serviços e ampliação da malha ferroviária regional.

A idéia traz a grande novidade de não pedir recursos públicos. O que exige é simplesmente uma fórmula de autonomia que cria uma grande capacidade de investimentos na Região. Os ferroviários do Paraná e

Santa Catarina vêm demonstrando há anos a sua eficiência e a sua capacidade.

A Regional Curitiba vem conseguindo, ano a ano, aumentar a sua produção e a sua produtividade e se a libertarmos das amarras que a prendem a um sistema superado, certamente dará um novo e importante salto em termos de qualidade e atendimento às necessidades do transporte regional.

Nosso Estado merece a união de todas as forças políticas, venham de onde vierem, para inaugurar um novo tempo e uma nova proposta.

Devemos dar um basta a antropofagia interna e lutar pelo Paraná, de forma uníssona.

Sem o que, jamais obteremos a garantia de nossos direitos dentro da Federação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos neste momento comunicar à Casa, de que com relação à greve ocorrida na COHAPAR, ela teve o seu encerramento hoje às 12 horas.

Quando houve um acordo entre o Senhor Secretário e os funcionários daquela empresa.

O que nós achamos aqui, neste momento, foi a injustiça praticada pelo ilustre Deputado Doutor Rosinha, pelas acusações que levantou contra o Secretário da Habitação-Doutor Romanelli.

Criticar é muito fácil, procurar os defeitos nas pessoas é muito fácil.

O que não podemos é nos omitir dentro da nossa responsabilidade, dentro do nosso conceito é o reconhecimento das pessoas que estão preocupadas muito mais do que o Partido dos Trabalhadores, que falam tanto em defender os trabalhadores, que falam tanto na questão do "sem-terra", que falam tanto na questão da habitação do nosso Estado. E para mim não confere com a realidade, não confere com os pronunciamentos que aqui ouvimos na Assembléia Legislativa do Estado. E eu posso reafirmar de que o Secretário da Habitação pertence ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, acima de tudo, faz parte da Comissão Executiva do nosso partido e eu afirmo que ele está preocupado com o "sem-teto" do Paraná.

E quem afirma isso não é só o Deputado Dirceu Manfrinato, quem afirma isso é a população hoje do nosso Estado, quem afirma isso são os Prefeitos do Interior - a que muitos representam aqui na Assembléia Legislativa do Estado - e que têm dito a nós, da forma que são atendidos pelo

Secretário Romanelli, estão satisfeitos com o programa que o Governador Roberto Requião está incrementando no Paraná no setor da habitação.

Eu acho que esse requerimento que será votado, hoje, pelos Senhores Deputados - que não é da nossa autoria, o requerimento é uma proposta do Ilustre Deputado Nilton Barbosa, que em razões de outros compromissos não está presente e, tenho certeza, que se aqui estivesse, estaria fazendo a defesa do seu requerimento.

Eu acho que essa proposta ela cabe na consciência de cada um dos Senhores Deputados. Porque até Jesus Cristo que está aqui, fez de tudo pelo povo e mesmo assim foi crucificado.

Então nós entendemos que a postura do Partido dos Trabalhadores nesta Casa é que eu confesso que nós já estamos encerrando o primeiro semestre e até hoje não vi nada de concreto que os Deputados do PT apresentassem à população do Paraná.

Quando se coloca dentro de uma reunião com os outros Deputados de outros partidos, com o Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, que tem aberto um diálogo franco, a participação efetiva da Assembléia Legislativa do Estado, quando chegamos a um denominador comum, infelizmente, o PT já não é mais aquilo que deseja, muda seu pensamento e a sua decisão.

O Sr. Doutor Rosinha- Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

Faria a seguinte pergunta: o que Vossa Excelência me diz da Senhora Amélia Pereira de Deus, assessora do Senhor Secretário, que usa o carro da COHAPAR, mandando apagar o logotipo da porta para seus serviços particulares?

Uma segunda questão é informar a Vossa Excelência que o requerimento foi votado ontem com voto contrário da bancada do PT. O requerimento de autoria do Deputado Nilton Barbosa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Diria a Vossa Excelência Deputado Doutor Rosinha, que esta questão de carro oficial já vi este filme há muito tempo, apenas mudam os artistas.

Aqui tivemos um Líder do PT que faz parte do grupo de Vossa Excelência e que é o ilustre Deputado Federal Pedro Tonelli e que utilizou um carro oficial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Estava fazendo uma festa numa praia no litoral catarinense quando bateu o carro da Assembléia Legislativa. Então não tenho como julgar....

O Sr. Dr. Rosinha - Concede-me um novo aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Já concedi o aparte a Vossa Excelência e estou respondendo a Vossa Excelência.

O Sr. Dr. Rosinha- Então Vossa Excelência não deve ser mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência que haja do Deputado um respeito com a minha pessoa.

Se o Deputado Doutor Rosinha tem o comportamento de não ter a ética, o respeito, eu exijo respeito com a minha pessoa, Doutor Rosinha.

Vossa Excelência tem que aprender a respeitar as pessoas. Vossa Excelência não está tendo este comportamento aqui na Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência sabe muito bem, porque já tive uma conversa em particular com Vossa Excelência e com o Deputado Ernani Pudell.

Quero que Vossa Excelência me respeite para ter o devido respeito, porque as minhas decisões pessoais, quando Vossa Excelência atingir a minha integridade, vamos resolver na forma que acho que deve ser resolvido.

Peço que Vossa Excelência tenha respeito com minha pessoa.

O Sr. Ernani Pudell- Senhor Deputado, permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, não vou conceder aparte a Vossa Excelência, porque o horário está terminando. Se o Presidente permitir, concedo com muita honra a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está encerrado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PTB.

Declina.

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados: (Lê): "Já utilizei esta tribuna para elogiar a prioridade do Governo Requião quanto ao ensino de 1º grau e da necessidade da transparência dos atos públicos.

Senhores: As Universidades são importantes, aquelas que possuem Hospitais Universitários, são mais importantes pois não só formam profissionais da saúde como atendem à população mais carente da comunidade, e seus serviços médicos tem grandes excelências e não podem ser desmerecidas.

A importância da universidade pública, gratuita, seus serviços de pesquisa, de atendimento às comunidades carentes não podem se sobrepôr a necessidade do bom uso do dinheiro público e da lisura administrativa.

Senhores Deputados: O Hospital Universitário da Universidade de Londrina está tendo problemas para atender a população que o procura.

As únicas verbas que agora o mantêm vêm do Governo Federal, através do "SUS", e de seus próprios recursos.

E nós perguntamos à direção da Universidade de Londrina, onde estão parados os recursos de 87 milhões de cruzeiros repassados pelo Governo em 06 de março e nos dias 8 e 13 de maio deste ano, que parte dos quais deveriam ter sido repassados ao Hospital Universitário e até hoje não foram?

Conforme declara o diretor do Hospital Dr. Álvaro Jabur, dia 12 de junho, através da "Folha de Londrina" e hoje no Jornal "Correio de Notícias".

Que explicações podem ser dadas pela Universidade de Londrina se tenho em mãos as cópias das liquidações de empenho remetendo estas verbas à UEL?

Senhores: Será que a autonomia universitária não tem a sensibilidade com o serviço público de atender a população carente de serviço médico?

Será que autonomia significa tão somente pagar os professores e não significa priorizar o ensino e melhores serviços médicos à comunidade?

Senhores: Todo o povo do Paraná deve ser a prioridade do Estado e não só parte do povo.

E autonomia universitária deve passar pela prioridade do atendimento dos problemas do povo também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do

expediente, indicando os Senhores Deputados para a função de Vice-Líderes do Governo e Vice-Líderes da Bancada do PMDB. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Cezar, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/91.- Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

DISCUSSÃO ÚNICA - Do Projeto de Decreto Legislativo nº 004/91, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza licença ao Deputado ALGACI TÚLIO para o mesmo assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizada licença ao Senhor Deputado Algaci Túlio a partir do dia 22 de junho até o dia 07 de julho do corrente ano, a fim que o mesmo possa substituir o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, que estará em viagem ao exterior.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Quando da elaboração da Carta Constitucional Federal de 1.988, em suas Disposições Transitórias (Art. 5º, parágrafo 3º) ficou assim estabelecido - verbis -:

"Os atuais parlamentares federais e estaduais eleitos Vice-Prefeitos, se con-

Curitiba, quinta, em 20.06.91

vocados a exercer a função de Prefeito, não perderão o mandato parlamentar"

O Deputado Algaci Túlio possui a dupla condição elencada no art. 5º, § 3º das disposições transitórias da Constituição Federal.

É detentor de mandato público eletivo e possui o cargo de Vice-Prefeito de Curitiba.

Ora, tendo já em passado recente se beneficiado da prerrogativa conferida pela disposição constitucional maior, nenhum arranhão constitucional, data vênica, pode ser visto na concessão da licença pleiteada.

Ademais, o risco de fazer prevalecer opiniões mediante a interpretação da lei constitucional é um mal sem remédio.

O respeito literal ao texto de uma lei é um erro, pois os seus termos não podem ser unívocos.

Em última análise, o que a Constituição Estadual dispõe será sempre o que o judiciário nela verá disposto, não cabendo a esta comissão fulminar o seu conteúdo nem discutir a sua eficácia, quando em dúvida.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO em PLENÁRIO.

É o parecer, s.m.j.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

PRESIDENTE

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero neste momento render a minha homenagem à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça na pessoa de seu Presidente Colombino Grassano, seus demais integrantes e a este Plenário pela forma competente, por toda lisura, por todo cuidado que tiveram na análise do processo do meu pedido de licença da Assembléia Legislativa. É já com esta a sexta vez que assumirei a Prefeitura Municipal de Curitiba, o que eu entendo que além de ser um orgulho para minha pessoa é também um orgulho para esta própria Casa que vê um dos seus membros ocupar o cargo de uma das maiores capitais do País, uma das melhores cidades para se viver, uma das três maiores cidades de melhor condição de vida do mundo.

Então eu quero neste momento, em que me licencio da Assembléia, para no próximo sábado às 10 hs. da manhã receber a transmissão do cargo, das mãos do Prefeito Jaime Lerner, quero aproveitar esse momento para agradecer a maneira e a forma com que tivemos a convivência neste Plenário

neste início de uma nova legislatura onde procuramos, evidentemente de todas as formas um melhor convívio e procurando somar em benefício da Assembléia, em benefício do próprio Estado do Paraná. Quero convidar a todos os Parlamentares, sei que a maioria viaja para suas bases, mas aqueles que porventura permanecerem na capital do Estado que puderem me dar a honra de estarem sábado às 10 da manhã na Prefeitura Municipal de Curitiba nos honrarem com suas presenças no momento da transmissão do cargo, e dizer aos Senhores Parlamentares que o período de 17 dias de ausência do Prefeito Jaime Lerner vai para uma viagem muito importante para a Capital do Estado do Paraná até Estocolmo, onde vai fazer a preparação com relação a Eco 92, e vai também tratar de outros assuntos atinentes à Capital do Estado, e os Senhores Parlamentares neste período que lá estiver, não precisarão marcar ausência, terei o maior prazer em recebê-los para que possam tratar de assuntos referentes à Capital do Estado ou até mesmo para uma visita de cordialidade até a Prefeitura Municipal de Curitiba. Por isso, Senhor Presidente, agradecendo em especial o Presidente da CCJ Colombino Grassano, ao Deputado José Afonso Júnior relator da matéria, aos demais integrantes da Comissão, a este Plenário, aos Senhores funcionários da Casa que muito me honram com suas presenças aqui neste momento também, eu quero então me colocar inteiramente à disposição e dizer que mais uma vez, com muito orgulho, com muita satisfação deixo de ficar neste Plenário a partir deste momento porque a partir deste momento estou licenciado para mais uma vez assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba. Mais uma vez o meu muito obrigado a todos os Parlamentares, nós estamos inteiramente à disposição com a certeza de que após o dia 02 de julho nós estaremos de retorno a esta Casa para continuarmos o nosso trabalho aqui também.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(palmas)

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós pedimos a palavra neste instante para saudar o Deputado Algaci Túlio, como integrante já por duas legislaturas neste Parlamento e que mais uma ocasião assumirá a Prefeitura Municipal de Curitiba na condição de vice-Prefeito que é.

A Bancada do PMDB deseja ao Deputado Algaci Túlio pleno êxito durante o período que lá permanecer e temos certeza que profícua será a sua gestão. Neste sentido, tendo em vista a nossa impossibilidade pessoal de comparecer à solenidade de posse do nobre colega Algaci Túlio, nós solicitamos ao vice-Líder da Bancada no PMDB,

o Deputado Renato Adur que represente a nossa Bancada por ocasião daquela solenidade.

Eram os nossos cumprimentos!

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu peço a V.Exa. na condição de Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores que me permita uma manifestação de desagravo ao Deputado Pedro Tonelli que não se encontra aqui, rápida, porque nós entendemos que o Deputado Pedro Tonelli foi, todos nós sabemos o Paraná todo sabe, um dos homens públicos de maior dignidade que este Parlamento já teve, uma conduta moral ilibada, passou esta Casa, jamais o seu comportamento foi atacado por quem quer que seja. É um dos Parlamentares hoje mais atuantes que nós temos no Congresso Nacional, não está presente para rebater uma calúnia como a que foi aqui mencionada. Quero dizer também que o Deputado Pedro Tonelli, no uso de automóveis oficiais, fazia isso em plenas condições regimentais, já que era Líder na ocasião do partido aqui nesta Casa, e tem o direito regimental de utilizar este automóvel. E estava a trabalho.

E quero dizer também ao Deputado Manfrinato, que nós não temos medo, porque não que ladra, não morde. É mais uma coisa para finalizar, que eu acho que o trabalho da Bancada do Partido dos Trabalhadores de Oposição, ela já prestou enormes serviços ao Paraná. Ela permitiu com a suas críticas, que o Governador revogasse um Decreto, que ia dar prejuízo de milhões de dólares ao Paraná, e, até agora eu não vi ninguém ser demitido por esta falha, que ia custar caríssimo aos cofres do Paraná, a nossa crítica permitiu...

(Conversas paralelas)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Ele está fugindo totalmente do assunto, que ele levanta. E eu solicito de Vossa Excelência, que pelo fato de ele estar fugindo, casse a palavra, e eu peço pela ordem, porque eu fui atingido pelo ilustre Deputado.

Quanto à questão do Deputado Pedro Tonelli...

Sr. Presidente, eu peço que me assegure a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu apenas repus a verdade nos seus expressos termos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Manfrinato, com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Presidente, quando à acusação que fiz, com relação ao carro oficial em Santa Catarina, eu

reafirmo a acusação, e ainda para que exista a prova concreta simplesmente, pegar os Anais desta Casa e até através das fitas que não fui só eu que denunciei aqui na Casa este acontecimento na época. Foi denunciado por vários Deputados. Ou, se o Deputado tiver interesse, que procure.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 1509, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1526, 1512, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1522, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1520, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1515, 1516, 1517, 1518, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1513, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1511, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 1524, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela Ordem.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na semana pasada nós da Bancada do PT apresentamos um Requerimento à Mesa propondo a elaboração de um fórum

para ser debatida a questão da autarquização das fundações. Nós propusemos naquela ocasião, a data do dia 19 e nós gostaríamos de ver na Mesa transferindo, de vê-lo em Votação, transferindo para a data da próxima quarta-feira, dia 26.06..É assinado por nós e por Paulo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que já foi realizada uma reunião sobre as autarquias.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A nossa proposta é um fórum ouvindo os trabalhadores dessas fundações, os funcionários e nós inclusive, na época, colocamos que já que ia ouvir o lado do Estado, do patrão, logo em seguida nós gostaríamos de ouvir o outro lado também.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve requerer novamente, porque inclusive o dia 19 já passou, e nós submeteremos a Plenário.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Requeiro, mudando a data para o dia 26, quarta-feira, próxima.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deverá encaminhar um novo Requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência que autorize o Serviço Taquigráfico da Casa a me fornecer as notas taquigráficas com relação à manifestação contrária do Deputado Rosinha a um Requerimento nosso, pedindo votos de louvor ao Secretário Romanelli. Eu acho que cabe a cada um de nós, o aplauso, o voto de louvor, o apreço às pessoas que tratam bem os nossos munícipes, que tratam bem os nossos Prefeitos, e evidente o povo do Paraná. Nós entramos, com base no atendimento que vem prestando o Secretário Romanelli, a todos os Prefeitos do Paraná, indistintamente de partido, ele tem procurado atender a todos, tem distribuído casas que é a sua obrigação, com certeza, em todo o Paraná. E nós achamos por bem entrar com Requerimento nesta Casa, com voto de louvor ao Secretário Romanelli e agradecemos, na oportunidade, a aprovação dos companheiros Deputados.

Então eu gostaria das notas taquigráficas para saber o que disse o Deputado Rosinha com relação ao nosso Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será encaminhado a Vossa Excelência.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência uma informação. O meu

pronunciamento sairá na íntegra no Diário da Assembléia Legislativa. Portanto, se tiver muita pressa do pronunciamento, Deputado Nilton Barbosa, eu mesmo o forneço, ao contrário de muitos Deputados, que negam, e está à sua disposição. Logo mais eu o pegarei e entregarei uma cópia, com muito prazer.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu agradeço a Vossa Excelência porque eu não vou ter o trabalho de ir até a Taquigrafia. Vossa Excelência poderia pegar e trazer até aqui que estou aguardando.

O SR. DR. ROSINHA - Não sou o seu servo, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atenção Srs. Deputados.
Nada mais havendo a tratar...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu queria só fazer um registro aqui do descontentamento deste Deputado quanto ao Governo do Estado que, após um ano e meio, uma ponte, um monumento histórico de União da Vitória, interditado por falta de capacidade do Governo de consertá-la, parece-me que, por um milagre, o Governo acordou e nesses dias chegou uma construtora lá. Espero que essa construtora não demore o tempo que demoraram para começar a arrumar. Eu só queria fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

O SR. RAFAEL GRECA - Questão de ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)

Eu estou encaminhando a Vossa Excelência um requerimento de questão de ordem por escrito, a propósito do Projeto de Lei nº 215/91 que está sendo mencionado para a pauta da próxima segunda-feira.

A colocação do referido projeto em pauta, fere flagrantemente o artigo 186 do Regimento Interno desta Casa, que diz o seguinte:

"Quando faltarem apenas vinte dias ou menos, para o término de uma sessão legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitados pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais foi requerida a urgência por qualquer comissão permanente ou por seus respectivos presidentes".

(Lê): "Indubitavelmente, dois fatos restaram evidentes: primeiro: que o prazo estabelecido pelo artigo 186 não foi devidamente observado pelo Deputado que subscreveu o pedido de urgência, e, segun-

do: o mencionado pedido não foi subscrito por qualquer Comissão Permanente, e, nem tampouco por qualquer um dos seus Presidentes.

Entendemos, por outro lado, que não é lícito e nem ético que o Regimento Interno, que regula as atividades parlamentares desta Casa Legislativa, seja flagrantemente descumprido, justamente por aqueles que deveriam ser os primeiros a respeitá-los.

Diante do exposto, Senhor Presidente, cabe a Vossa Excelência, de conformidade com o que está preceituado no artigo 19, inciso XXVIII, do Regimento Interno, "RESOLVER SOBRE OS REQUERIMENTOS QUE LHE FOREM APRESENTADOS DE ACORDO COM O REGIMENTO", motivo pelo qual requeremos que o Projeto de Lei nº 215/91 seja RETIRADO do regime de urgência, por descumprimento do que está estabelecido no artigo 186 do RI, retomando, via de consequência, a sua tramitação normal." (Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em que pese a brilhante exposição de Vossa Excelência, Vossa Excelência labora - para não dizer colabora - labora em erro porque o período legislativo, de acordo com o artigo 2º do Regimento Interno, começa no dia 15.02 a 30.06 e de 01.08 a 15.12. Esse requerimento teria validade se fosse apresentado após 15 de dezembro. Está indeferido o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, após ter sido votado em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 193/91, que dispõe sobre o Conselho Superior do Ministério Público, pediria a Vossa Excelência colocar na próxima pauta da próxima sessão e esclarecesse que esse projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, porque consta aqui que não recebeu, porque talvez a assessoria não tinha, não tem ainda em mãos o parecer da nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Confere.
Será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu reporto o artigo 186 do Regimento Interno, que fala em sessão legislativa, e peço a Sua Excelência que me corrija se estiver errado. O artigo 2º do Regimento Interno fala o seguinte: "A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas de 15.02 a 30.06 e de 01.08 a 15.12", de maneira que a sua observação quanto a ter este Deputado se enganado a propósito do que refere o artigo 186 do Regimento Interno, não tem cabimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ratifica a sua decisão. O assessor de Vossa Excelência está muito mal informado. O período legislativo é até 15 de dezembro. Está mantida a decisão da Mesa.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas Senhor Presidente, aqui está escrito: "A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas" e o artigo 186 fala o seguinte: "...quando faltarem apenas 20 dias ou menos para o término de uma sessão legislativa..." e o artigo 2º fala em duas sessões legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pelo apreço que tenho a Vossa Excelência...

O SR. RAFAEL GRECA - Peço que o Senhor responda por escrito isso, confirmando o artigo 2º...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou responder verbalmente, porque acho que Vossa Excelência é suficientemente inteligente para compreender o que eu vou ler. Eu não entendo muito bem de português, mas Vossa Excelência entende e vai entender bem o que eu vou ler.

O SR. RAFAEL GRECA - Vamos ver, então.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "A Assembléia Legislativa reunir-se-á durante as sessões legislativas.

Item 1º - isso é importante - "Em Sessões Ordinárias. Item 2º - Em Extraordinária".

É o que Vossa Excelência está equivocando. São duas sessões. Dois tipos de sessões.

O SR. RAFAEL GRECA - Não, Senhor. Ordinárias de 15.02 a 30.06 e de 01.08 a 15.12.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Julho é apenas o recesso, Deputado. Mas se Vossa Excelência quiser que eu responda por escrito, vou responder.

Está mantida a decisão verbalmente, e vai ser mantida por escrito.

Há um pequeno equívoco do assessor de Vossa Excelência...

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/91, de autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que dispõe sobre o livre acesso de ministros de cultos religiosos em hospitais públicos e privados, para prestar assistência religiosa e espiritual aos doentes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Há Emenda. O Projeto retorna à Comissão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel situado na rua Engº Luiz Augusto de Leão Fonseca, no município de Antonina, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem nº 014/91, que dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1992. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 37, de 16.04.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 136/91

P A R E C E R:

PROTOCOLO: nº 3231/91

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Estado relativas ao exercício financeiro de 1992.

Esta Mensagem do Poder Executivo cumpre o que dispõe os artigos 87, inciso XIV, 133, § 3º, e 22, inciso II, (Ato das Disposições Transitórias), todos da Constituição Estadual, submetendo a esta Casa anteprojeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Estado para 1992.

Compete-nos, conforme diz o artigo 53, em seu inciso II, da nossa Constituição Estadual, apreciar esta Mensagem. O Orçamento de 1992, juntamente com o Plano Plurianual, relativo ao período de 1992/1995, será oportunamente analisado pela Assembléia Legislativa, nos termos do inciso I, artigo 53 e inciso I do artigo 22 (Disposições Transitórias) da Constituição Estadual.

Esta Mensagem cumpre, portanto, dispositivos legais e constitucionais e opinamos FAVORAVELMENTE a sua tramitação regimental e conseqüente apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 136/91

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, derivado da

Mensagem n° 014/91 - Poder Executivo, dispõe sobre as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Estado relativas ao exercício de 1992.

A Mensagem tem o intuito de atender o disposto no Texto Constitucional Estadual, e a incumbência desta Casa é apreciá-la em seu inteiro teor.

O PARECER, assim, é no sentido do seu integral acolhimento, até para cumprir o que dispõe o artigo 53, II, da Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 29.05.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) RENATO ADUR

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia que o Projeto, se aprovado, retorna à Comissão de Orçamento.

O SR. VALDIR ROSSONI - Apenas para dar conhecimento ao Plenário, se Vossa Excelência me permite, pela ordem, embora hoje o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias carece ainda do parecer do Relator da Comissão de Orçamento, nós aceitamos a inclusão hoje e concordamos com a inclusão na Ordem do Dia, para permitir conforme acordado em reunião, inclusive com a Liderança do Governo, de que este Projeto, na sua versão original, será modificado. Há emendas e nós estamos apenas procurando fazer com que haja tempo hábil de aprovação e apreciação deste Projeto, desta Mensagem, até o término da Sessão Legislativa deste semestre.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 136/91.
Aprovado.

O Projeto retorna à Comissão de Orçamento.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 190/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 23/91, que autoriza o Poder Executivo a instituir, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 55, de 20.05.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 190/91

P A R E C E R:

Parecer a mensagem governamental n° 23/91 - Projeto de Lei n° 190/91 - que institui o REGIME FISCAL DAS MICROEMPRESAS

Através de mensagem governamental n° 23/91 o Senhor Governador do Estado do

Paraná, encaminhou em 17 de maio de 1991, projeto de lei que institui o Regime Fiscal das Microempresas, respaldado nos artigos 130 e 143 da Constituição do Estado do Paraná.

Fundamenta-se a mensagem sob o argumento de que "possuem características próprias e exclusivas e exercem função ímpar, à vista do que absorvem expressivos contingentes de mão-de-obra, possuem alta flexibilidade locacional, desempenhando papel importante na interiorização do desenvolvimento e são capazes de gerar uma classe empresarial dinâmica pela absorção de tecnologia gerencial produzida em seu próprio ambiente."

2. Convém, entretanto, ressaltar que idêntica iniciativa já está em trânsito na ALEP, através de projeto de lei n° 434/90, apresentado em 20 de agosto de 1990, de autoria deste Deputado relator da mensagem governamental.

O projeto de nossa autoria só não mereceu aprovação naquela época, face às constantes solicitações de retirada da Ordem do Dia formuladas pelo Líder do Governo de então. Foi retirado da Ordem do Dia por cinco sessões em 11 de setembro; por uma sessão em 03 de dezembro e por cinco sessões no dia 06 de dezembro.

Agora, através de mensagem do governo, se vê cumprido artigo da Constituição do Estado.

Nenhuma restrição constitucional existe, estando em condições de ser aprovado. É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 190/91

P A R E C E R:

AUTORIA: Poder Executivo

MENSAGEM: n° 023/91

ASSUNTO: Institui o Regime Fiscal das Microempresas

Trata o presente Projeto de Lei, da Instituição do Regime Fiscal das Microempresas, o qual foi encaminhado à essa Casa de Leis, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ROBERTO REQUIÃO, pela Mensagem n° 023/91, em 16 de maio de 1991.

Submetido à análise pela Comissão de Constituição e Justiça - C.C.J., esta emitiu parecer favorável, diante da legalidade constitucional da matéria.

A justificativa do Excelentíssimo Senhor Governador sobre a necessidade de tal iniciativa, diante da atual situação econômica que atravessa o País, é consubstanciada de tópicos relevantes e visivelmente

realista sob o ponto de vista social e econômico, argumentando os inúmeros benefícios que advirão da aprovação do Projeto em tela.

O aspecto mais importante da proposta, é a isenção do recolhimento de ICMS das pequenas empresas, cuja arrecadação anual seja inferior a nove milhões de cruzeiros, o qual, segundo levantamento da Secretaria da Fazenda do Estado, atingirá cerca de 70 mil microempresas, acarretando para esta uma redução de menos de 1% na arrecadação.

Em tais circunstâncias, somos de PARECER FAVORÁVEL pela aprovação do Projeto de Lei, nos termos em que ele se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente

(a) NELSON GARCIA
Relator

Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Eu só queria fazer aqui, um relato sobre esta lei, criada pelo Presidente Figueiredo sob o n° 7.256, que dá condições aos Municípios e Estados criarem a Lei da Microempresa. Aí, o Governador José Richa criou a Lei, e diga-se de passagem, uma Lei completa, que dava isenção às microempresas do Paraná sob dez mil ORTN's, e subordinava-as ao número de empregos que era dado pelas microempresas.

O Senhor Álvaro Dias, logo após haver assumido o Governo, usando o dinheiro da população, divulgou aos quatro cantos do Paraná, pelos órgãos de imprensa e novamente criou uma lei no Estado, fazendo o grande milagre da microempresa. E, criando esta lei, ele deu isenção às empresas com duas mil e cem UPC's, que seria hoje onze milhões e oitocentos mil cruzeiros de isenção às microempresas. Logo depois que o Governador Álvaro Dias isentou essas microempresas, um ano depois, o próprio Governador Álvaro Dias revogou esta lei, que ele mesmo mandou a esta Casa, e passando a cobrar aproximadamente, a preço de hoje, quatro mil cruzeiros por microempresa.

Quer dizer, de uma lei criada pelo Governador José Richa, depois novamente a mesma lei criada no Governo Álvaro Dias, revogada por este mesmo Governador, passando a cobrar quatro mil cruzeiros por empresa; hoje vem o Governo atual, novamente, criar uma nova lei da microempresa. Seria muito fácil o Governador Requião simplesmente acatar a lei criada pelo Governador Álvaro Dias. Digo de passagem, poderia muito bem acatar a lei criada pelo Governador José Richa, que era muito melhor do que essa mandada pelo Governo

Curitiba, quinta, em 20.06.91

atual. Os Senhores sabem muito bem disso.

Esta lei criada pelo Governador Roberto Requião - votarei favorável - mas acrescento o seguinte: não se criando nenhum instrumento de exigência de empregos nestas microempresas, nós estaremos aqui, ajudando os "botecos" do Paraná que vendem cachaça; todas as "bodegas" do Paraná que vendem pinga, serão beneficiadas pelo projeto de microempresa criado pelo Governador Roberto Requião. Nesta lei diz o seguinte: que serão isentadas setenta mil empresas em um valor de nove milhões de cruzeiros. Quero dizer o seguinte: o Governador Roberto Requião não aumenta o valor para criar benefícios às microempresas do Paraná, simplesmente, ele diminui, porque no próprio Governo do PMDB do Governo Álvaro Dias, já estaria hoje no valor de onze milhões e oitocentos mil cruzeiros. O Governador Roberto Requião, que está fazendo todo este estardalhaço em cima da microempresa, simplesmente está trazendo um benefício que já existia no Governo Álvaro Dias e, agora, parece que está se criando um milagre às microempresas.

Estarei apresentando uma emenda a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 193/91, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que dispõe sobre a Constituição do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências. Com parecer da C.C.J. em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 193/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral, como Membros natos, e por mais sete (7) Procuradores de Justiça não afastados da carreira, anualmente eleitos por voto plurinomial e secreto.

§ 1° - Dois (2) Conselheiros serão eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça e cinco (5) pelos demais integrantes da Instituição.

§ 2° - As eleições, regulamentadas pelo Conselho Superior do Ministério Público, serão realizadas em agosto, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação da maioria absoluta dos eleitores.

§ 3° - Em caso de empate, será considerado eleito o mais antigo no cargo; persistindo o empate, o mais antigo na carreira, e permanecendo a igualdade, o mais idoso.

4° - Os que seguirem, na ordem das respectivas votações, serão considerados suplentes dos eleitos, substituindo-os, em caso de impedimento, ou sucedendo-os, no de vaga.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n° 6412, de dezoito (18) de junho de 1973, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.91.

(a) PROCURADORIA GERAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 193/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, tem por finalidade dispor sobre a Constituição do Conselho Superior do Ministério Público.

O plano de lei está devidamente justificado, nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que se possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

A competência para a sobredita iniciativa é da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, conforme os arts. 65 e 114, § 2°, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) MÁRIO BEZERRA

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 202/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Pedro do Paraná - PR". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 60, de 28.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 202/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei é de autoria do ilustre Deputado NEIVO BERALDIN e visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São Pedro do Paraná, com sede e foro na mesma cidade.

Encontra-se instruído, o Plano de Lei em questão, com os requisitos exigidos pela Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978 que normatiza as declarações de Utilidade Pública, inexistindo obstáculos de natureza legal ou regimental para a sua tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Face ao exposto, opinamos que a propo-

sição seja submetida à apreciação do douto Plenário com o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 19/91, que aprova crédito suplementar, alterando o vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, em ocorrência do superavit financeiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 66, de 10.06.91. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 222/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 19/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, em decorrência do superavit financeiro.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 222/91

PARECER:

Oriundo da Mensagem n° 19/91, o presente projeto de lei tem por finalidade aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, em decorrência do superavit financeiro.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Motivo de apreciação desta Comissão de Finanças, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente
(a) JOÃO IENSEN
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 234/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 28/91, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 731.000.000,00 (setecentos e trinta e um milhões de cruzeiros), aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 234/91

P A R E C E R:

Ao Projeto de Lei n° 234/91 - Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no Orçamento do Estado.

O Projeto de Lei n° 234/91, de autoria do Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde, no valor de Cr\$ 731.000.000,00 (setecentos e trinta e um milhões de cruzeiros).

Sob o aspecto jurídico, a propositura obedece ao preconizado no artigo 135, V, da Constituição do Estado, assim como está consentâneo com a Lei Federal n° 4.320/64.

Manifestamos, destarte, nosso PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei n° 234/91, após conclui pela sua juridiciada-de.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 236/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 30/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 (hum milhão, novecentos e sete mil cruzeiros), aos orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Estado do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 69, de 13.06.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 236/91

P A R E C E R:

Em analisando o Projeto de Lei supra, emanado da Mensagem Governamental n° 30/91, estabelecendo crédito suplementar para Biblioteca Pública do Estado do Paraná e Colégio Estadual do Paraná, sob os critérios: legais, constitucionais e regi-

Curitiba, quinta, em 20.06.91

mentais, nenhum óbice encontramos em sua regular tramitação, pelo que somos favoráveis a sua apreciação em Plenário, por tratar-se de projeto do mais alto intuito meritório.

É o parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 18.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 236/91

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem n° 30/91, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 (hum milhão, novecentos e sete mil cruzeiros) aos orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Estado do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, conforme especifica.

Analisado o seu aspecto constitucional e legal sobre a matéria, pela douta Comissão de Constituição e Justiça, nenhum óbice encontrou a mesma.

Chamada esta Comissão de Finanças para opinar sobre o presente Plano de Lei, conforme o § 3°, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, segue esta o douto posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, somos pelo parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente

(a) MÁRIO BEZERRA

Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 21, às 10:00 horas, sem direito a "je-ton", com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 214/91, 223/91, 233/91 e 235/91.

E convoco ainda, os Senhores Deputados, para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Senhor CLÁUDIO LANCHINI, a realizar-se às 15:00 horas da mesma data.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA

20 DE JUNHO DE 1991.

"EM DEFESA DA UNIVERSIDADE"Autoria: Prof. José Arthur Gianotti
Publicada na "Folha de São Paulo"

Por que criticar a universidade brasileira? Por que acusar o seu corporativismo, o mau funcionamento dos departamentos, o pacto da mediocridade, a comercialização do ensino? Antes de tudo, para que ela adquira credibilidade e venha a desempenhar os papéis sociais relevantes que só ela sabe prestar. No entanto, esta crítica que muitos de nós temos exercido, nós que não praticamos outra vida do que a vida acadêmica, tem sido utilizada para que ela seja desacreditada, enxovalhada e abandonada ao deus dará.

É preciso deixar bem claro. Em primeiro lugar, a vida acadêmica possui uma dignidade específica e o "otium" que ela implica não pode ser confundido com vagabundagem. Antes de ser útil, a investigação é forma de vida, que vale porque é vida, tratando de debruçar-se sobre os mistérios da própria existência. Desde que esta forma de vida não venha impedir outras, é tão válida como qualquer uma. Não há critério de produtividade para uma vida.

Acontece, porém, que o trabalho acadêmico está, hoje em dia, intimamente vinculado ao desempenho do Estado. Em geral, o investigador é funcionário público, e, como tal, deve obedecer as normas da publicidade e da responsabilidade democrática. Ele só pode cumprir estas tarefas, contudo, sem alterar a especificidade de seu trabalho, sem cercear sua liberdade de investigação e de ensino, resguardando o espaço de incerteza indispensável à invenção e à formação de personalidades livres. Isto significa que a universidade, se por certo há de se empenhar nos projetos nacionais, não deve ficar inteiramente a reboque deles, seja pela indiferença, seja pela crítica.

É bom sempre ter em mente aquela observação de Hegel de que o Estado moderno se alimenta de suas contradições: querer extirpá-las resulta em querer negar o próprio Estado. Isto não significa que a universidade esteja acima de qualquer prestação de contas, muito pelo contrário, é seu dever constituir um corpo que avalie seus resultados e dê satisfação pelo dinheiro público que ela recebe.

Existem várias formas de universidade. Uma se dedica ao ensino de massa - reivindicação republicana, que confere ao cidadão a possibilidade de exercer na sua plenitude, sua cidadania -; outra, muito mais à pesquisa tecnológica, diretamente vinculada ao progresso econômico e social; outra, ademais, à formação de técnicos e

funcionários competentes; finalmente existem aquelas que aliam a pesquisa básica e a formação dos próprios pesquisadores. Tudo isso forma uma enorme rede pública e privada que, para funcionar, precisa equilibrar a pesquisa e o ensino, como um todo, sem que se imagine que cada unidade possa cumprir com todas as tarefas.

Numa época em que a tecnologia é fator essencial de desenvolvimento, não há País moderno que dispense uma política científica e tecnológica, onde cada função há de ser projetada, incentivada e avaliada. E não se imagine que toda essa rede possa ser inteiramente entregue à iniciativa privada e às leis do mercado. Só existe pesquisa básica financiada substancialmente por dinheiro público, e são universidades e institutos de pesquisas que levam à cabo esta tarefa. Por isso, uma universidade de pesquisa só pode funcionar com recursos do contribuinte, embora a gestão possa ser diretamente estatal ou privada, se por esta última se entender uma forma coletiva de gestão sem fins lucrativos e que, ademais, assegure o preceito de que o dinheiro público deva ser gasto publicamente.

Por que repetir tudo isso que hoje parece senso comum? Porque a fúria liberal clientelista do Governo Collor está dando sinais de que, no desmonte do aparelho estatal, pode abater-se sobre a universidade brasileira, sem levar em consideração a especificidade dela. Não se trata duma fúria transformadora, mas tudo leva a crer que o Governo simplesmente está tentando livrar-se da universidade, por causa dos problemas políticos que ela lhe tem causado. O Governo possui um programa ambicioso para o desenvolvimento científico e tecnológico, na verdade apenas no papel, já que não tem desbloqueado os créditos para sua implementação. Este desenvolvimento, porém, não se efetuará se os centros universitários de pesquisa forem desmontados - o que já está acontecendo - e se as universidades não forem reformadas para fornecer novos quadros de investigadores. No entanto, o Ministério da Educação tem sido, na última década, monopólio do PFL que, com raras exceções, somente tem sabido implementar uma política clientelista de distribuição de recursos. O reitor duma universidade federal é um pedinte instalado nas portas deste Ministério.

Para se ver livre até mesmo desta pressão e das reivindicações corretas ou não dos professores e dos funcionários, o Governo está simplesmente imaginando conferir autonomia às universidades (o que seria excelente), mas transferindo para o Congresso Nacional a tarefa de determinar a distribuição de recursos. Para ele, isto equivale a matar dois coelhos com uma ca-

jadada só: de um lado, livra-se de pressões reivindicatórias, de outro, dá a seus apaniguados - a maioria do Congresso - a possibilidade de distribuir entre si o bolo dos recursos que deverão ir para as universidades federais.

Segundo a ideologia liberal, a lei do mercado deve ser compensada pela filantropia. Se o MEC se livrar das universidades, ele poderá filantropicamente cuidar do crédito educativo, evidentemente usando seus próprios critérios, cujos efeitos perniciosos são sobejamente conhecidos. Não é à toa que se fala dum aumento substancial desses créditos.

A comunidade científica, em particular, e o povo brasileiro, em geral, precisam alertar-se contra essa enorme amea-

ça.

Não me deixo facilmente cair na tentação duma concepção conspiradora da história, mas já existem no ar sinais suficientes para que se perceba que, se não há um projeto conscientemente concebido, forças burocráticas e políticas estão desenhando um cenário perigoso.

Todos nós queremos, sim, a reforma da universidade, que ela passe por um sistema de avaliação exigente e assim por diante, mas é um crime contra a nação destruir o que restou do sistema universitário, pois, se isso acontecer, estaremos enterrando nossas possibilidades de modernização. No mínimo é de se esperar que a crítica da universidade não se transforme numa operação escusa contra ela.